



## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DCONAMA  
SEPN 505, Lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF  
Tel. (0xx61) 2028.2207/2102 - [conama@mma.gov.br](mailto:conama@mma.gov.br)

### **Resultado da 101ª Reunião Ordinária do CONAMA**

**Data: 30 e 31 de março de 2011**

**Horário: das 09h00 às 18h00**

Local: Auditório nº 1 Edifício Sede do IBAMA, Setor de Clubes Esportivos Norte - SCEN -  
Trecho 2, Brasília/DF

#### **1. Abertura da reunião pelo Secretário Executivo, Francisco Gaetani.**

O Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco Gaetani, iniciou a reunião, dando as boas vindas a todos os presentes. Em seguida solicitou um minuto de silêncio em memória do ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, falecido no dia anterior. A abertura da reunião seguiu-se com a despedida do ex-Diretor do DConama, Nilo Diniz e as boas vindas à Diretora Substituta, Adriana Mandarino. Nilo Diniz proferiu algumas palavras de despedida e, ao final, prestou homenagens ao Conselheiro Paulo Nogueira-Neto.

#### **2. Pronunciamento da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teireira, ocorrido no período da tarde, do primeiro dia de reunião.**

A Senhora Ministra lembrou que um dos esforços em pauta é o fortalecimento do Conama, ressaltando que deve ser mantido o caráter de diálogo com as políticas públicas de meio ambiente. A Ministra destacou que é importante que se fortaleçam as interlocuções com o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama - e ressaltou que o Sistema precisa de novos caminhos, tendo em vista as mudanças ocorridas no Brasil nas últimas décadas.

Dando continuidade ao discurso, Izabella Teixeira lembrou que o MMA é estratégico para o país e para o seu desenvolvimento. Ressaltou a busca pelos caminhos de convergência, de diálogo político e da descentralização da gestão ambiental. Izabella citou a honra de integrar, como única representante da América do Sul, o painel criado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, para discutir o futuro da sustentabilidade, na medida em que naquele fórum serão discutidos os desafios do Pós Rio+20, da sustentabilidade e da economia verde. Disse que se deve ter um olho não só no Código Florestal, no Protocolo de Nagoya, mas também no conhecimento de fronteira e sobre o valor econômico da biodiversidade no Brasil, acentuando que há capacidade instalada no Conama para o debate.

Afirmou que o MMA tem sido interlocutor nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas e que o Ministério passará a trabalhar com o setor privado e com as políticas privadas e financeiras, onde os ganhos com a agenda ambiental devem ser analisados. Falou da Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, que está sendo repaginada com a implementação da agenda 2020. Ressaltou que o MMA adotou o monitoramento dos biomas, o que resultou em diminuição do desmatamento do cerrado.

Mencionou o debate em torno da agricultura de baixo carbono e que o MMA contemplará o assunto com a nova Secretaria de Clima, que também cuidará dos recursos hídricos e será comandada pelo Professor Nabil Bonduki.

Lembrou que a campanha do MMA “saco é um saco” tirou cinco milhões de sacolas plásticas do meio ambiente, em um ano.

Finalizando seu discurso, Izabella Teixeira agradeceu o trabalho de Nilo Diniz no Conama e prestou homenagem a Paulo Nogueira-Neto, falando da honra de ter trabalhado com ele.

Defendeu o Conama, dizendo que as críticas proferidas contra o Conselho em geral vem do desconhecimento sobre o trabalho realizado. Também destacou a importância do Conama. “*O conselho é o espaço legítimo para a mudança do meio ambiente no país!*”.

### **3. Discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 100ª Reunião Ordinária, de [24](#) e de [25](#) novembro de 2010.**

A transcrição da 100ª RO foi aprovada.

### **4. Apresentação e posse de novos Conselheiros e [resultado](#) da eleição pelo CNEA.**

A Diretora Substituta do DConama fez a apresentação dos novos Conselheiros e anunciou as entidades que venceram a eleição do CNEA.

### **5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA.**

A Diretora Substituta do DConama convidou a Assessora da Ministra a Sra. Marília Marreco para esclarecer sobre a situação do Regimento Interno. Esta relatou o histórico da matéria, desde a criação do Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno do Conama até a aprovação da proposta pela 60ª CTAJ. Propôs o ‘dia de trabalho’, a ser realizado em data anterior à próxima Reunião Ordinária, para que o RI seja discutido e compreendido pelos novos Conselheiros e, em seguida, pautado na 102ª RO, cuja data marcada é 25 e 26 de maio. A questão foi submetida à apreciação da plenária, que aprovou o encaminhamento sugerido. A Sra. Marília acrescentou que a proposta já está disponível no [site do Conama](#).

Dando prosseguimento aos encaminhamentos da Secretaria-Executiva do Conama, a Sra. Marília Marreco mencionou dispositivo do Regimento Interno atual, §3º do art.23, que estipula o mandato dos membros das Câmaras Técnicas em 2 anos prorrogáveis uma única vez, por igual período, lembrando que tal período vencia na 101ªRO. Assim, a fim de evitar mudanças sucessivas e, tendo em vista a proximidade do novo Regimento, com proposta de fusão e de extinção de CTs, apresentou proposta de prorrogação dos mandatos dos órgãos e entidades nas Câmaras Técnicas, até que o novo regimento seja aprovado, à exceção das Entidades Ambientalistas, já que muitas delas haviam sido eleitas recentemente pelo CNEA, nos termos do art. 5º do RI. Para tanto, deveria ser publicada Portaria, desde que o teor fosse aprovado em Plenária, conforme art. 46 do atual RI. A Plenária [aprovou por unanimidade tal proposta](#) e as entidades da sociedade civil apresentaram sua [nova distribuição](#) entre as CTs.

### **6. Tribuna Livre (15 minutos).**

**Francisco Soares (Furpa):** Informou que a Serra Vermelha, no Piauí, tem sido objeto de devastação em função de carvoarias. Lamentou o fato do ICMBio não ter incluído a referida área no Parque da Serra das Confusões e entregou proposta de moção direcionada ao ICMBio no qual solicita informações sobre o assunto. Em relação às usinas nucleares, citou matéria divulgada na mídia na semana passada que afirma que o Ibama não teria licenciado reatores de Angra II, fato este, que resultou na demissão, por parte do Ministro do MCT, de integrantes da Comissão Nacional

de Energia Nuclear. Apresentou outra proposta de moção que propõe apresentação de relatório ao Plenário do Conama, a cada 3 meses, sobre o que tem sido feito em relação à segurança nas usinas nucleares.

**César Vitor do Espírito Santo (Funatura):** Fez apelo pela aprovação no Congresso Nacional da PEC do Cerrado, ainda este ano, em razão da necessidade de valorização do bioma. Solicitou o fortalecimento e a adoção em outros estados da gestão integrada de Unidades de Conservação, mediante a utilização do sistema de mosaicos previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o que garante o envolvimento da sociedade civil e do órgão que administra a UC.

**Ronaldo Vasconcelos Novais (Ponto Terra):** Reconheceu que o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, avançou muito em relação à legislação federal ambiental brasileira. Citou a Política Nacional de Resíduos Sólidos que foi fruto de anos de discussões e que será muito importante para a sociedade.

**Luiz de Mourão Sá (Mover):** Chamou a atenção dos órgãos públicos e do Conselho Nacional de Energia Nuclear quanto ao armazenamento dos resíduos de energia nuclear de baixa rotatividade que estão armazenados na usina de Angra em um galpão. Pede a todos que estejam preparados para lidar com qualquer intempérie.

**Miguel Scarcello (SOS Amazônia):** Trouxe três questões para reflexão, para que estejam em pauta no Conama durante o ano ou para que as instituições envolvidas se manifestem a respeito. Em relação às Unidades de Conservação no país, reconheceu significativo avanço na gestão das unidades, mas afirmou que ainda há questões que precisam evoluir tal qual a gestão compartilhada das UCs e o investimento nos Termos de Compromisso do órgão gestor com as famílias que residem nas UCs de proteção integral. A respeito das alterações propostas no Código Florestal considera que o Governo, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, deve expor seu posicionamento. Solicitou esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ambiental do Ibama da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

**Lisiane Becker (Mover):** Manifestou repúdio à proposta de autarquização do Serviço Florestal Brasileiro, que segundo relatos da mídia, teria intenção de fortalecê-lo, dando-lhe maior autonomia no que diz respeito às concessões de áreas de exploração em UC de uso sustentável. Alegou que haveria remanejamento da gestão de determinadas categorias de UC, do ICMBio para o SFB, o que, em seu entendimento, iria contra o próprio SNUC.

**Antônio Eustáquio (Mover):** Apresentou vídeo que mostra construção sustentável.

**Dalton Melo Macambira (Estado do Piauí):** Desejou sucesso à nova composição do CONAMA. Disse que discorda das acusações feitas ao ICMBio e informou que encaminhou à presidente do Conselho, a Sra. Ministra Izabella Teixeira, documento em que são esclarecidas as acusações contidas na Moção apresentada sobre Serra Vermelha. Solicitou a [disponibilização](#) do referido documento no *site* do CONAMA.

**Rômulo de Mello (ICMBio):** Chamou a atenção da Plenária quanto ao fato de que o assunto sobre a Serra Vermelha-PI já havia sido discutido na última reunião, com os esclarecimentos prestados pelo ICMBio, e a moção, rejeitada. Disse que, ainda assim, fará novos esclarecimentos por escrito. Em relação à gestão compartilhada de UC afirmou que há avanço significativo nesse sentido. Já em

relação aos Termos de Compromisso, afirmou que este é um instrumento que irá ordenar os gestores das UCs e a população que a ocupa, e que deverá estar pronto ainda neste mês.

**Daniel Melo Barreto (Bioeste):** Apresentou proposta de moção que recomenda ao Governo do estado da Bahia e ao Secretário do Meio Ambiente que mantenham o processo de análise de licenciamento ambiental dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepram. Apresentou proposta de moção de repúdio à declaração do Ministro da Agricultura que, no entender dele, desmerece o Bioma Cerrado. Apoiou, ainda, a fala da Funatura sobre aprovação da PEC sobre o Cerrado e mostrou slides sobre a evolução do desmatamento nesse bioma.

**Donizete Tokarski (Ecodata):** Defendeu o Cerrado e se solidarizou com o repúdio à declaração do Ministro da Agricultura. Colocou a necessidade de alteração mínima do atual Código Florestal. Informou que foi incluída na Agenda de 2011, publicada pela Frente Parlamentar Ambientalista, nota sobre o Conama e sua importância.

## **7. Apresentação à mesa, por escrito, de requerimentos de urgência, inversão de pauta ou retirada de matéria.**

João de Deus Medeiros, Conselheiro do Ministério e Diretor do Departamento de Florestas do MMA apresentou [documento à Plenária](#), em nome do Ministério, de retirada da proposta da revisão da Resolução nº 303, de autoria do próprio Ministério, uma vez que esse assunto está inserido nas discussões do projeto de alteração do Código Florestal, em discussão no Congresso Nacional.

Foram apresentadas à mesa as seguintes matérias novas, que tramitarão pelo Conama:

Proposta de Resolução (Mover), sobre a regulamentação para o manejo de quirópteros.

### **Moções:**

**Mover:** referente à nomeação emergencial de analistas aprovados no concurso de 2008 do Ibama, cujo prazo vence em 16 de abril de 2011.

**Furpa** (2 moções): 1) requerendo do ICMBio explicações a respeito da ampliação da área em 299.600 ha no Parque Nacional Serra das Confusões, no Sul do Piauí, sem a inclusão da Serra Vermelha considerada a mais rica em biodiversidade da região; 2) solicitando ao Governo Brasileiro reavaliar o Programa Nuclear, e ao MME, Ibama e MMA apresentarem, trimestralmente, ao plenário do Conama relatório técnico conjunto das Usinas de Agra 1, 2 e 3, detalhando todos os processos de licenciamento ambiental e as medidas de segurança e de prevenção em caso de acidente nuclear.

**Bioeste** (2 moções): 1) recomendando ao Governo estadual da Bahia e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente pela manutenção de análise dos licenciamentos ambientais no Conselho Estadual de Meio Ambiente; 2) em repúdio a declaração do Ministro da Agricultura Wagner Rossi no que se refere à expansão da fronteira agrícola para Maranhão, Tocantins e Piauí.

## **8. Ordem do dia**

### **RESOLUÇÕES**

**8.1. Processo [nº 02001.001037/2002-98](#) – Dispõe sobre a Movimentação Interestadual de**

## **Resíduos Perigosos.**

Interessado: Ibama.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25/11/2010.

Tramitação: proposta aprovada com emendas na 31ª CT de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos – CTSSAGR e encaminhada para a 57ª CTAJ que deliberou pelo retorno da minuta, com emendas, à Câmara Técnica de origem. A minuta foi finalizada por Grupo Ad Hoc criado pela 32ª CTSSAGR e aprovada com emendas na 33ª CTSSAGR. Aprovada com emenda pela 58ª CTAJ e encaminhada à 99ª RO onde o processo foi retirado de pauta por solicitação do Presidente da CTSSAGR, na forma do art. 15 do Regimento Interno do Conama Durante a 100ª RO o MMA pediu vista mediante a justificativa da necessidade de se aguardar a regulamentação da Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Relator: MMA, autor do pedido de vista.

Zilda Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos do MMA, teceu comentários sobre o pedido de vista do Ministério realizado na 100ª RO e propôs o arquivamento do referido processo devido à perda do objeto com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010. A proposta de arquivamento foi aprovada pelo Plenário.

### **8.2. Processo nº [02000.001876/2008-64](#) – Propostas complementares às Resoluções nº 357/2005 e nº 397/2008, que dispõem sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelecem as condições e padrões de lançamento de efluentes.**

Interessado: Conama.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25/11/2010.

Tramitação: proposta de resolução oriunda do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental – CTCQA, para definição de padrões para o lançamento de efluentes. Pautada nas reuniões 40ª, 41ª, 42ª e 43ª da referida Câmara, foi aprovada na última. Apreciada e aprovada com emendas na 59ª CTAJ. Encaminhada para apreciação da 100ª RO, teve 07 pedidos de vista (Ecojuréia, CNI, MPOG, MME, MS, Secretaria de Portos e MMA). Retorna para apreciação da 101ª RO com 05 pareceres encaminhados (CNI, MPOG, MME, MS e MMA).

Relatores: Autores dos pareceres de vista.

Resolução aprovada com emendas pelo Plenário.

### **8.3. Processo nº [02000.002610/2008-39](#) – Proposta de Revisão da Resolução Conama nº 307/2002, no que diz respeito à reclassificação dos resíduos de gesso.**

Interessado: CNI.

Procedência: 34ª CTSSAGR. Data: 10 e 11/11/10.

Tramitação: durante a 34ª CTSSAGR, a proposta do setor do gesso foi apreciada e aprovada quanto a alterações nos incisos II e III do art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/2002. A matéria foi encaminhada à 61ª CTAJ, onde foi aprovada com emendas.

Relator: Presidente da CTSSAGR.

Resolução aprovada com emendas pelo Plenário, após apresentação do setor de gesso, explicando as razões técnicas para a mudança proposta.

## **RECOMENDAÇÃO**

### **8.4. Processo nº [02000.003134/2005-21](#) – Recomendação para Centros de Educação Ambiental – CEA.**

Interessado: MMA

Procedência: 23ª CTEA. Data: 09/12/10

Tramitação: Aprovada na 19ª CTEA, realizada em 18/02/09, a proposta foi discutida na 58ª CTAJ, onde foi deliberada a devolução à Câmara de origem, para que fossem respondidos alguns quesitos apresentados pela CTAJ. A CTEA respondeu aos quesitos e a representante do MEC apresentou propostas de emendas, que foram discutidas e aprovadas na 23ª CTEA. A matéria foi encaminhada à 61ª CTAJ, onde foi aprovada com emendas.

Relator: Presidente da CTEA.

**Recomendação aprovada por unanimidade, sem emendas.**

## MOÇÕES

**8.5. Processo [nº 02000.002620/2010-99](#) - Proposta de Moção pela suspensão da votação da Proposta de definição de vazões mínimas remanescentes, pelo CNRH, até que o Conama aprecie a matéria.**

Interessado: Mira-Serra.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25 de novembro de 2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada 100ª RO. O representante da ANA, Maurício Andrés, pediu vista da proposição antes da votação.

Relator: ANA, autora do pedido de vista.

**Proposta de moção rejeitada.**

**8.6. Processo [nº 02000.002621/2010-33](#) - Proposta de Moção que recomenda o uso do termo *floresta* pelo MMA somente em formações florestais.**

Interessado: Ecodata.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25 de novembro de 2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada na 100ª RO, por falta de quorum.

Relator: Ecodata.

**Após modificações no texto propostas pelo próprio autor da matéria, a moção foi aprovada.**

**8.7. Processo [nº 02000.002622/2010-88](#) - Proposta da Moção que recomenda a intervenção federal, mediante ação do Ibama e da Polícia Federal, em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, na Região da Serra Vermelha - PI.**

Interessado: Furpa.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25 de novembro de 2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada na 100ª RO, por falta de quorum.

Relator: Furpa.

**Após modificações no texto propostas pelo próprio autor da matéria, a moção foi aprovada.**

**8.8. Processo [nº 02000.002618/2010-10](#) - Proposta de Moção de protesto contra a usina de carvão Usina Termelétrica SUL Catarinense - Usitesc 440MW.**

Interessado: Sócios da Natureza.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25 de novembro de 2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada na 100ª RO, por falta de quorum.

Relator: Ingá.

**Paulo Brack, da entidade ambientalista Ingá, relatou a matéria e, em seguida, pediu vista.**

**8.9. Processo nº 02000.002616/2010-21 - Proposta de Moção que recomenda a não liberação da licença prévia, pelo Ibama, para a construção de 5 hidrelétricas na Bacia do Rio Parnaíba.**

Interessado: Furpa.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25 de novembro de 2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada na 100ª RO, por falta de quorum.

Relator: Furpa.

Ministério das Minas e Energia e as entidades ambientalistas Amar, Proam e Ingá pediram vista.

Ainda neste ponto de pauta, o Sr. Secretário Executivo pôs em votação as Moções apresentadas nesta 101ª reunião.

**8.10. Processo nº 02000.000701/2011-35 - Proposta de Moção, apresentada pela Mover, referente à nomeação emergencial de analistas aprovados no concurso do 2008 do Ibama, cujo prazo vence em 16 de abril de 2011.**

Interessado: Mover.

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31 de março de 2011.

Relator: Mover.

Proposta aprovada.

**8.11. Processo nº 02000.000705/2011-13 - Proposta de Moção, apresentada pela Furpa, requerendo do ICMBio explicações a respeito da ampliação da área em 299.600ha no Parque Nacional Serra das Confusões, no Sul do Piauí, sem a inclusão da Serra Vermelha, considerada a mais rica em biodiversidade da região.**

Interessado: Furpa.

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31 de março de 2011.

Relator: Furpa.

Proposta aprovada.

**8.12. Processo nº 02000.000702/2011-80 - Proposta de Moção, apresentada pela Bioeste, em repúdio à declaração do Ministro da Agricultura Wagner Rossi no que se refere à expansão da fronteira agrícola para Maranhão, Tocantins e Piauí.**

Interessado: BIOESTE.

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31 de março de 2011.

Relator: BIOESTE

Marcílio Caron, do Setor Florestal, pediu vista.

**8.13. Processo nº 02000.000704/2011-79 - Proposta de Moção, apresentada pela Furpa, solicitando ao Governo Brasileiro a reavaliar o Programa Nuclear, e ao MME, CNEN, Eletronuclear, Ibama e MMA apresentarem, trimestralmente, ao plenário do Conama um relatório técnico conjunto das Usinas de Agra 1, 2 e 3, detalhando todos os processos de licenciamento ambiental e as medidas de segurança e de prevenção em caso de acidente nuclear.**

Interessado: Furpa.

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31 de março de 2011.

Relator: Furpa.

MME pediu vista.

#### **8.14. Proposta de Moção, apresentada pela Bioeste, recomendando ao Governo Estadual da Bahia e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente a manutenção de análise dos licenciamentos ambientais no Conselho Estadual de Meio Ambiente.**

Interessado: Bioeste

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31 de março de 2011.

Relator: Bioeste

Moção rejeitada.

### **9. Informes**

**9.1.** Informe sobre o lançamento do livro *Uma Trajetória Ambientalista*, de autoria do Dr. Paulo Nogueira-Neto, com apresentação da entrevista concedida por ele à TV Supren.

**9.2.** Informe sobre os desdobramentos da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

O informe foi feito no dia 30 de março pelo Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Silvano Silvério, que explicou os encaminhamentos dados à PNRS, em razão do marco legal recentemente aprovado. Citou o Comitê Orientador de Implementação da Logística Reversa e o Comitê interministerial, que tem por atribuição acompanhar a implementação da PNRS.

De acordo com Silvano Silvério, o Comitê Orientador foi instalado no dia 17 de fevereiro 2011 e já aprovou plano de trabalho para o ano de 2011, além de seu Regimento Interno. Em apoio ao Comitê, tem-se o Grupo Técnico Assessor indicado por representantes de 5 ministérios com grupos de trabalho complementares.

O Grupo Técnico Assessor definiu a instalação desses Grupos de Trabalho temáticos que serão instalados no dia 05 de maio com a função de elaborar produtos, em até 6 meses, produzir modelagem da logística reversa e definir os subsídios para o edital que vai dar início aos acordos setoriais da logística reversa. São eles: lâmpadas, eletroeletrônicos, embalagens de óleos lubrificantes e embalagens e descartes de medicamentos.

O Comitê Interministerial, composto por 12 ministérios e instalado no dia 17 de março, também já aprovou o seu RI e a constituição de grupos técnicos para colocar em funcionamento plano de trabalho já aprovado. São eles: Coordenação da PNRS e acompanhamento dos planos e dos investimentos, estaduais e municipais; elaboração do ato conjunto entre Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente pra disciplinar a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos; estabelecimento dos critérios mínimos para os planos de gerenciamento de resíduos sólidos, dos resíduos perigosos, do mapeamento das áreas contaminadas órfãs; e, por último, do grupo de implantação e implementação do Sistema Nacional de Informação de Resíduos. Finalizou seus esclarecimentos informando que a meta é obter acordos setoriais de âmbito nacional, em seguida para os estados e municípios, com metas regionais diferenciadas de implementação de seus próprios planos.

Adriana Mandarino, do DConama, informou que toda a discussão será realizada no âmbito da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos, uma vez que os trabalhos desenvolvidos pelos GTs em andamento no Conama migrarão para as instâncias previstas no marco legal da PNRS.

### **9.3. Informe do Grupo de Monitoramento Permanente da [Resolução 362/05](#), que trata de Óleos Lubrificantes Usados ou Contaminados – Rerrefino.**

Segundo Zilda Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos do MMA, a Resolução nº 362/2005, em seu art. 9º, estabelece que na primeira reunião ordinária do Conama de cada ano, o MMA apresente o percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, acompanhado de relatório justificativo detalhado, juntamente com o Ibama, que apresentará relatório dos resultados da implementação da referida Resolução. Zilda comunicou que em recente reunião do Grupo de Monitoramento Permanente GMP da Resolução 362/2005 houve a recomendação de modificação desse artigo para que as informações sejam apresentadas na segunda reunião ordinária do ano, já que 31 de março é a data final para fornecimento de dados ao Cadastro Técnico Federal - CTF do Ibama, relativamente ao exercício anterior.

### **9.4. Informe sobre as atividades da Comissão de Acompanhamento do Proconve - CAP.**

Rudolf de Noronha, Gerente de Qualidade do Ar do MMA, coordenador da CAP, informou que a comissão foi criada nos anos 80, mas que nunca chegou a se reunir. Agora, porém, após a crise da implementação da fase P6 do Proconve achou-se necessária a ativação desta para acompanhar e compartilhar as informações com o Conama. Informou que foi proposta Nova formação da Comissão, sendo um Grupo Técnico com as entidades que hoje de fato trabalham com este assunto. As discussões foram feitas ao longo de 2010, com dedicação especial às questões normativas e de execução. As preocupações da implementação da etapa P7 estão na produção dos combustíveis, nos motores e no aditivo ARLA 32. Lembrou que serão apresentados relatórios ao Conama no primeiro semestre de cada ano. De acordo com ele, a fase P7 será implementada com sucesso.

Cumprida a pauta, o Sr. Francisco Gaetani deu a palavra a quem mais quisesse se manifestar:

O Sr Mauro Buarque, da Anamma, sugeriu a realização de um Seminário curto e objetivo que esclareça a quantidade de energia necessária ao país e uma análise se essa energia pode ser obtida por energias renováveis.

O Secretário Executivo afirmou que já foi realizado no Conama debate no ano passado que tratou do tema e que esta proposta será avaliada oportunamente.

Luiz Mourão (Mover) relatou Nota aprovada no VI Encontro Nacional Extraordinário da Asibama Nacional e da Plenária Setorial da Condsef aos Conselheiros do Conama.

Valtemir Bruno Goldmeier (Confederação Nacional dos Municípios - CNM) solicitou que na próxima reunião houvesse posicionamento oficial do Ministério do Meio Ambiente em relação ao Projeto de Lei Complementar que regulamenta o art. 23 da Constituição Federal. Afirmou que é fundamental a votação desta lei para os municípios. Fez outra solicitação ao Conama para seja dado informe de como estão sendo realizadas as reuniões da tripartite nacional.

## **10. Encerramento.**

A reunião foi encerrada pelo Secretário Executivo, ao final da manhã do segundo dia de trabalho.